



Ministério
da Fazenda

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

O Índice de Qualidade da Carteira (IQC) fechou em 8,4%. Os demais ativos estão representados pelas rubricas de Disponibilidades, Relações Interfinanceiras, Outros Créditos, Outros Valores e Bens e Permanente, contribuindo com 16,7% para o total de ativos.

5.2. Passivos

No primeiro semestre de 2011, os depósitos atingiram R\$2.523,9 milhões, superior em 18,2% ao 1º semestre de 2010 (R\$2.135,9 milhões). Desse total, 28,7% correspondem aos depósitos à vista, 52,2% aos depósitos a prazo e 18,7% aos depósitos de poupança que, somados às operações compromissadas (lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro), totalizaram R\$2.913,8 milhões. Os recursos disponíveis do FNO, enquanto não aplicados em operações de crédito, representam 25,3% dos recursos administrados pelo Banco.

As Obrigações por Empréstimos e Repasses, compostas por recursos do BNDES, OGU e Caixa Econômica Federal (CEF), fecharam com saldo de R\$462,2, com uma participação de 4,9% no total do passivo.

5.3. Patrimônio Líquido

O semestre encerrou com um Patrimônio Líquido de R\$1.964,9 milhões, apresentando rentabilidade de 4,5%. O Índice da Basileia (K) ao final do 1º semestre atingiu 21,2%.

5.4. Resultado

No primeiro semestre de 2011, o Banco da Amazônia registrou lucro líquido de R\$43,3 milhões, redução de 6,9% em relação ao primeiro semestre de 2010 (R\$46,5 milhões). Com o lucro líquido obtido no semestre, a rentabilidade anualizada alcançou 4,5% sobre o Patrimônio Líquido e corresponde a R\$0,01 por ação. Do resultado apurado no semestre foi provisionado, após dedução da Reserva Legal, a título de dividendos mínimos obrigatórios, o montante de R\$11,0 milhões.

6. Rating

No primeiro semestre de 2011, a agência Fitch Ratings, tendo avaliado que a trajetória de crescimento do Brasil no médio prazo deve permanecer relativamente robusta devido à dinâmica da demanda interna, que é impulsionada pela diversidade econômica do País, por uma grande e crescente classe média e um ciclo de investimento positivo, melhorou o *rating* soberano do País (Rating de Probabilidade de Inadimplência do Emissor (IDRs) em Moeda Estrangeira e Moeda Local) e, como reflexo desse *upgrade*, também elevou o *rating* do Banco da Amazônia, como segue:

- IDR de Longo Prazo em Moeda Estrangeira para 'BBB' de 'BBB-' (BBB menos), Perspectiva Estável;
- IDR de Curto Prazo em Moeda Estrangeira para 'F2' de 'F3';
- IDR de Longo Prazo em Moeda Local para 'BBB' de 'BBB-' (BBB menos), Perspectiva Estável;
- IDR de Curto Prazo em Moeda Local para 'F2' de 'F3';
- Piso de Rating de Suporte para 'BBB' de 'BBB-' (BBB menos);
- Rating Nacional de Longo Prazo para AAA (bra) de AA+(bra).

7. Gestão de riscos

A gestão de riscos do Banco da Amazônia tem como objetivo identificar os riscos existentes em todas as atividades da empresa, de modo a maximizar as oportunidades e minimizar os efeitos negativos, contribuindo para que as causas geradoras de danos sejam eliminadas e os efeitos mitigados de modo a não prejudicar ou fragilizar o regular andamento dos processos.

7.1 Risco de Liquidez

A gestão do Risco de Liquidez no Banco da Amazônia é regida pela Política de Risco de Liquidez, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, a qual estabelece os limites para os Índices de Disponibilidade, sendo o monitoramento e avaliação do fluxo de caixa (afecção dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos) da Instituição realizados pela Gerência de Riscos. No semestre, foi mantido um colchão de liquidez, sem registro de eventos de extrapolação do índice de disponibilidade de recursos definido na política institucional desse risco. O grande volume de títulos públicos de alta liquidez em carteira tem permitido ao Banco manter e, inclusive, ampliar, em relação ao último relatório (dez/2011), as disponibilidades de recursos.

Os descasamentos verificados no fluxo de caixa foram decorrentes, principalmente, da alocação conservadora das disponibilidades do FNO nos vértices com previsão de desembolso no prazo de até 60 dias. Nesse cenário, a análise do fluxo projetado demonstra que a Instituição não apresenta problema de liquidez, dado o grande volume de recursos disponíveis.

7.2 Gestão do Risco de Crédito

A Política de Risco de Crédito tem como propósito estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

No modelo interno de avaliação, estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de *rating* para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos, atualmente, distribui-se em diferentes níveis de risco (*rating*), que levam em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H".

A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os ratings AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/99.

O Banco é responsável pela classificação da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparado por informações internas e externas. Contempla, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como: I) em relação ao devedor e seus garantidores: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito; II) e em relação à operação: natureza e finalidade do crédito, valor.

7.3 Gestão de Risco de Mercado

A Política de Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Banco, estabelece os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme os termos da Circular/BACEN nº 3.354. O Value at Risk (VaR), que representa o valor máximo de potencial de perda a que fica exposta a Instituição em função de oscilação dos preços dos seus ativos, é calculado diariamente por meio de modelo interno, em complementação ao modelo de alocação de capital proposto pelo Banco Central.

Em função da sua posição conservadora em termos de exposição, é mantida a alocação de 71,64% do valor de mercado (MtM) na carteira indexada à SELIC e CDI. O baixo valor em risco é também evidenciado por um VaR de R\$1.002.242,88 em 30.06.2011, o que representa um percentual de 0,0298% do valor de mercado do total da carteira.

7.4 Gestão do Risco Operacional

A Política de Risco Operacional se constitui de um conjunto de diretrizes que tem como objetivo proporcionar adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição. Essa política inclui conceitos de risco de descontinuidade e de terceirização. Para melhoria da cultura de controle, foi distribuída neste semestre aos empregados a cartilha Segurança Pessoal - A Chave é a Prevenção, contendo dicas importantes sobre cuidados a serem adotados e procedimentos de segurança individual, familiar e profissional para casa, locais públicos, ao volante, no trabalho, nas compras, no caixa eletrônico ou na agência bancária. O Relatório de Estrutura de Gestão do Risco Operacional está disponível no endereço www.bancoamazonia.com.br.

7.5 Gestão de Continuidade de Negócios (GCN)

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é parte complementar do processo de gestão de riscos e define estratégias a serem adotadas para alcançar a capacidade de continuidade adequada às necessidades de negócios da Instituição.

A Gestão está fundamentada na elaboração de planos para as atividades críticas, utilização de metodologias e ferramentas para

formalização de ações a serem adotadas em momentos de crise visando à recuperação e a continuidade dos processos de negócios, evitando ou minimizando perdas financeiras tanto para o Banco quanto para os seus clientes.

8. Gestão de pessoas

No final do primeiro semestre de 2011, o Banco da Amazônia contava com 3.450 colaboradores, sendo 2.968 empregados e 482 estagiários, registrando um aumento de 10,5% em relação ao mesmo semestre de 2010, face admissão de 148 empregados e 168 estagiários.

8.1 Treinamento

No primeiro semestre de 2011, o Banco investiu R\$1,1 milhão em treinamento, proporcionando 3.724 participações em programas como: Programa de Língua Estrangeira (PLE); Programa de Educação Continuada, em nível de Graduação (PEC); Programa de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado (PPG). Além dos cursos presenciais, o Banco disponibiliza a seus colaboradores diversos cursos na modalidade *online*. Dentre os cursos ofertados, destacam-se o Curso de Cadastro, em que foram treinados 257 empregados neste semestre, (com 645 certificações), e o Curso de Qualidade de Crédito, que contou com a participação de 937 empregados no período.

8.2 Clube do Conhecimento

O Clube do Conhecimento é um Programa criado para estimular o desenvolvimento cultural dos empregados e seus dependentes, estagiários e terceirizados do Banco, que disponibiliza a esse público um acervo de livros e DVDs de diversos gêneros. Periodicamente são adquiridos exemplares para o acervo, além das doações recebidas. Este projeto é desenvolvido em parceria com a Biblioteca do Banco.

8.3 Política de Benefícios

Para assegurar o nível de satisfação de seus empregados, o Banco oferece inúmeros benefícios, que constituem forma de remuneração indireta. Os principais benefícios concedidos pelo Banco da Amazônia aos seus empregados são os seguintes: Programa de Alimentação do Trabalhador, Cesta Alimentação, Saúde-Amazônia, Integralização de Vencimentos, Auxílio-Creche, Vale Transporte, Seguro de Vida, Licença-Maternidade-Ampliação, Auxílio Funeral, Indenização por morte ou incapacidade decorrente de acidente e custeio de despesas decorrentes de acidente de trabalho.

9. Rede de atendimento

O Banco busca priorizar os clientes dos municípios da Amazônia Legal, em particular aqueles do interior dos estados. No 1º semestre de 2011, foram inauguradas 04 novas agências do Banco da Amazônia nos Estados do Pará (Dom Eliseu, Marabá-Cidade Nova e Xinguara) e Rondônia (Jaru).

Com a criação dessas novas unidades, a rede de atendimento do Banco da Amazônia totalizou 178 unidades, sendo 113 agências, 06 postos de atendimento bancário (PABs), 05 postos avançados de atendimento (PAAs) e 54 postos de atendimento bancário eletrônico (PAEs).

10. Tecnologia da informação

Dando continuidade ao seu Projeto de Governança de TI (PGOTI), foram definidas normas, modelos de documentos e fluxos de processos para níveis de serviços, plano estratégico, investimentos e melhoria contínua de TI. Essas normas buscam evolução da TI e melhor atendimento dos objetivos estratégicos do Banco. Também foi aprovado o Plano Estratégico e Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) que será instrumento-base para o diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação (TI), visando atender às necessidades tecnológicas e de informação para um determinado período, além de elevar a maturidade da Governança de Tecnologia da Informação.

11. Patrocínio

11.1 Política de patrocínio

A política de patrocínio do Banco da Amazônia é compreendida como uma estratégia para cumprimento de sua missão. Ela funciona como instrumento de comunicação e relacionamento com seu público de interesse, buscando promover e ampliar parcerias,